

SP pagará dívida com títulos de privatização

Pública

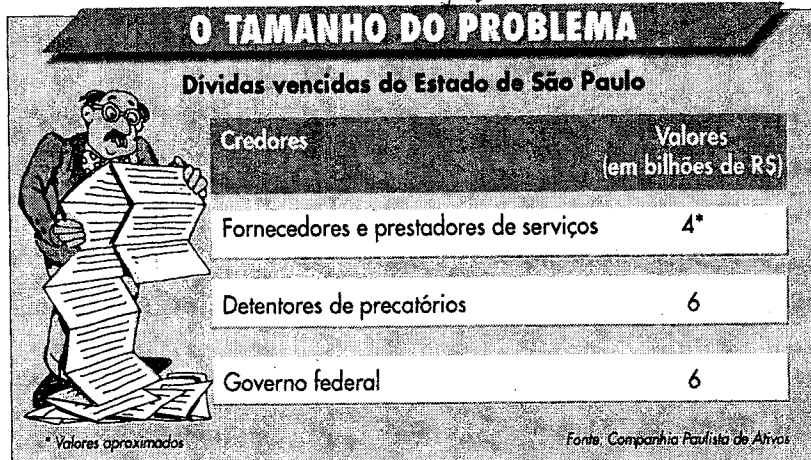
Credores vão receber papéis que só poderão ser usados na compra de ações de estatais

SUELI CALDAS

O governador Mário Covas pretende concentrar na nova Companhia Paulista de Ativos (CPA) o equacionamento de todas as dívidas vencidas do Estado e suas empresas. Ainda sem uma sala do governo, o presidente da CPA, Adroaldo Moura da Silva, trabalha em seu escritório particular, na Avenida Paulista, na montagem do esquema de pagamento, pelo qual o Estado emitirá títulos correspondentes aos débitos e os entregará aos credores, que só poderão usá-los na compra de ações de estatais paulistas. De acordo com Moura da Silva, a CPA vai receber todos os ativos (empresas, prédios públicos, terrenos e outros bens) pertencentes ao Estado, consolidar todos os débitos (inclusive precatórios) e começar a pagá-los com títulos de privatização.

O esquema funcionará da seguinte forma: os credores com dívida vencida deverão procurar o órgão público que originou o débito e obter um documento de "confissão de dívida", que será caucionado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), por intermédio da Secretaria de Fazenda do Estado. A CPA, então, vai emitir debêntures conversíveis em ações de estatais a serem privatizadas — papéis que serão leiloadas na Bovespa e trocadas pela "confissão de dívida".

No ato do leilão será definido o deságio das debêntures, ou seja, o desconto que o credor dará ao go-



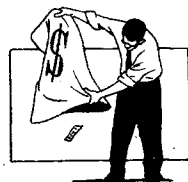
verno pelo recebimento do crédito. Essas debêntures, contudo, poderão ser negociadas no mercado secundário de títulos e repassadas para um investidor interessado em adquirir estatais paulistas, evidentemente com o deságio ampliado. As debêntures serão efetivamente utilizadas unicamente na privatização de empresas do Estado.

"Nossa maior dificuldade, no momento, é convencer a burocracia do funcionalismo a agilizar a concessão da confissão de dívida", diz Moura da Silva. "Há discordâncias em relação a valores, decorrentes dos planos econômicos do passado, e o burocrata fica com medo de autorizar o documento." Nos últimos

tadas, e os que detêm os créditos de maior valor recusam-se a receber pela fórmula que idealizamos." Um deles é a família Abdala, que teve um terreno desapropriado na Marginal do Pinheiros, onde hoje está o Parque Vila-Lobos. Nesse caso, explica o presidente da CPA, os Planos Bresser, Verão e Collor elevaram a indenização de R\$ 900 milhões para R\$ 2 bilhões, valor hipervalorizado para os padrões do mercado, afirma Moura da Silva.

Protocolo — O governo do Estado vai oferecer ao governo federal a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) e parte do faturamento que for obtido com a privatização da Companhia Energética do Estado de São Paulo (Cesp) e da Eletricidade de São Paulo (Eletropaulo). A operação, informa o presidente da CPA, servirá para pagamento da parcela de R\$ 6 bilhões da dívida do Estado com o Tesouro Nacional acertada em protocolo assinado em dezembro pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo governador Mário Covas.

De acordo com o protocolo, o governo paulista terá de pagar, em dois anos, a parcela de 50% (R\$ 6 bilhões) do total da dívida, negociada no final do ano passado. Moura da Silva acredita que, até lá, as duas empresas elétricas já estarão privatizadas e o governo federal poderá optar entre ficar com as ações ou vendê-las no ato da privatização.



CREDORES DE
PRECATÓRIOS
REJEITAM
FÓRMULA

dias, ele tem percorrido associações de empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços, numa maratona de explicações a respeito do esquema. Até o momento, apresentaram-se ao governo credores que somam R\$ 1,6 bilhão de créditos.

O problema maior, lembra o presidente da CPA, é com credores de precatórios: "São milhares de pessoas físicas, difíceis de serem conta-